

A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECA NACIONAL DO BRASIL: DO DOCUMENTO TRADICIONAL AO DIGITAL

Angela Monteiro Bettencourt¹
Rosali Fernandez de Souza²

EIXO TEMÁTICO: Novos rumos da catalogação

Resumo: Aborda o processo de organização e representação da informação na Biblioteca Nacional do Brasil numa perspectiva histórica. O relato se desenvolve a partir de três momentos considerados marcantes na trajetória da organização da informação na Instituição. O primeiro corresponde à chegada da coleção ao Brasil, núcleo formador do patrimônio bibliográfico e documental brasileiro, o segundo abrange a automação bibliográfica e a publicação dos catálogos em linha e o terceiro marca a entrada da BN na era digital com a criação da BNDigital. O estudo buscou resgatar parte da história do tratamento da informação nessa “Casa de Memória”, no percurso são identificados e descritos diversos padrões, normas e protocolos utilizados para a organização e representação da informação e sua evolução em busca do compartilhamento de dados e da interoperabilidade.

Palavras-chave: Biblioteca digital; Biblioteca Nacional; Organização da Informação; Recuperação da Informação; Ciência da Informação.

Abstract: In a historical perspective discusses the process of organization and representation of information in the National Library of Brazil. The study unfolds from three considered remarkable moments in the history of information organization on the institution. The first corresponds to the arrival of the collection in Brazil, forming the core of bibliographic heritage and Brazilian documentary, the second covers the bibliographic automation and publishing online catalogs and the third marks the entry of BN in the digital age with the creation of BNDigital. The study sought to recover part of the history of data processing in this "House of Memory" in the path are identified and described various patterns, standards and protocols used for the organization and representation of information and its evolution in search of data sharing and interoperability.

Keywords: Digital library; Brazilian National Library; Information Organization, Information Retrieval; Information Science.

Resumen: Describe el proceso de organización y representación de la información en la Biblioteca Nacional de Brasil, en una perspectiva histórica. El estudio se desarrolla a partir de tres momentos notables considerados en la historia de la organización de la información en la institución. La primera corresponde a la llegada de la colección en Brasil, que forman el núcleo del patrimonio bibliográfico y documental de Brasil, el segundo abarca la automatización de los catálogos en línea y la tercera marca la entrada de la BN en la era digital con la creación de BNDigital. El estudio trató de recuperar parte de la historia de la información en esta "Casa de

¹ Contato: <angelab@bn.br>. Fundação Biblioteca Nacional (Brasil).

² Contato: <rosali@ibict.br>. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

la Memoria" en la ruta se identifican y describen diferentes patrones, normas y protocolos utilizados para la organización y representación de la información y su evolución en la búsqueda de intercambio de datos y la interoperabilidad .

Palabras clave: Biblioteca Digital; Biblioteca Nacional, Organización de la información, Recuperación de la Información, Ciencias de la Información.

1 INTRODUÇÃO

Muito antes do despontar da prensa móvel de Gutenberg, o homem registrava e armazenava os conhecimentos produzidos em suportes informacionais, a fim de assegurar a guarda e a memória de sua história. Percebe-se a evolução dessa prática, desde as bibliotecas da Antiguidade, com os tabletes de argila, o papiro, o pergaminho, até o papel. Cada período histórico foi marcado por características próprias, determinadas pelas tecnologias disponíveis em cada época.

O melhor exemplo da função de conservação na história cultural é o da Biblioteca de Alexandria, considerada a origem e o modelo fundador de todo o projeto de acumulação de memória escrita. Nela, procurou-se reunir a totalidade da literatura existente, deixando-nos o legado conceitual sobre o que deveria ser um acervo nacional ou internacional de memória documental. Em termos modernos, seria uma combinação de centro de documentação, editora, museu e repositório cultural. O conceito alexandrino de “lugar de memória”, “templo do saber”, como fator de constituição da identidade nacional, norteou os princípios fundadores das bibliotecas nacionais, surgidas no século XVIII, e também inseridas numa perspectiva herdeira das concepções iluministas e dos ideais da Revolução Francesa.

No Brasil, a história da Biblioteca Nacional tem início em 1808, com a vinda da coroa portuguesa, face à iminente ocupação de Portugal pelas tropas de Napoleão, momento bastante favorável e oportuno para a então colônia portuguesa do além-mar. A Real Biblioteca foi transferida para o Brasil em três remessas, totalizando 317 caixotes, que aportados no Rio de Janeiro, conforme determinado pelo decreto de 27 de junho de 1810 (BRASIL, 1891), foram alocados no andar superior do Hospital da Ordem Terceira, situado na atual Rua do Carmo. Em outubro de 1814, por ordem do príncipe regente D. João, a Biblioteca Real foi franqueada ao público.

O resgate histórico da organização e do tratamento técnico desta coleção e a evolução dos padrões e normas utilizados na representação da informação, na Biblioteca Nacional do Brasil, são os temas centrais deste estudo. Para uma melhor abordagem, foram estabelecidas três grandes fases da instituição: a primeira tem início com a chegada dos acervos ao Brasil e termina na década de 1960; a segunda inaugura-se na década de 1970 e abrange o período da automação bibliográfica na BN e da publicação *on line* de seus catálogos; a terceira fase compreende a era digital, iniciada na virada do milênio, com a criação da BNDigital. No decorrer da pesquisa, apresentam-se os diferentes modelos e as diversas influências que marcaram a evolução da organização e representação da informação nos últimos dois séculos.

2 DA CHEGADA AO BRASIL AOS ANOS SESSENTA

Para Souza (2000), a evolução histórica dos instrumentos de organização do conhecimento caracterizou-se por diferentes metodologias, visando sempre à flexibilidade e à especificidade na sua classificação. No início do século XIX, os principais instrumentos utilizados para a representação da informação foram os catálogos e as bibliografias. De acordo com Mey e Silveira (2009), o catálogo é um dos instrumentos mais antigos utilizados pelas bibliotecas, a palavra tem sua origem no grego: [kata] (“de acordo com”, “sub”, “baixo”, ou “parte”) e o sufixo [logos] (“ordem”, “razão”). Assim, catálogo pode significar “subjacente à razão” ou “de acordo com a razão”, correspondendo à palavra de origem latina “classificar”. A bibliografia pode ser definida como o

[...] ramo da bibliologia [...], que consiste na pesquisa de textos impressos ou multigrafados para indicá-los, descrevê-los e classificá-los com a finalidade de estabelecer instrumentos de busca e organizar serviços apropriados a facilitar o trabalho intelectual. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 46).

A primeira fase deste estudo corresponde à época da pré-automatização na Biblioteca Nacional, período no qual, os instrumentos para a representação da informação pesquisados foram divididos em duas categorias: os catálogos – manuscritos, impressos e em fichas – e a bibliografia brasileira. Nessas categorias, abordam-se os aspectos relacionados à representação descritiva e temática e ao arranjo físico da coleção, assim como, as primeiras iniciativas da

BN, com vistas à cooperação nacional e internacional.

Os primeiros catálogos manuscritos chegaram ao Brasil com o acervo da Real Bibliotheca, dentre eles destacam-se três exemplos, selecionados por sua raridade e originalidade: o *Catálogo de Obras da Real Bibliotheca da Ajuda*, o *Catálogo dos Livros da Livraria de Diogo Barbosa Machado* e o *Catálogo de livros da Biblioteca do Conde da Barca*.

O *Catálogo de Obras da Real Bibliotheca da Ajuda*, organizado pelo padre Feliciano Marques Perdigão³, em dois volumes encadernados, é composto de tiras manuscritas coladas em grandes folhas. É importante salientar que as tiras eram coladas deixando espaços entre si, prevendo a inclusão de acréscimos posteriores de novos itens ou atualizações. Essa versatilidade do catálogo preconiza o uso das fichas soltas.

Nesse catálogo, não foram identificadas formas de representação temática dos itens. Quanto à representação descritiva, o catálogo é apresentado em ordem alfabética de autores. A entrada dos nomes pessoais está na forma invertida – sobrenome, seguido do prenome – o que já revela uma normatização próxima dos modernos códigos de catalogação surgidos nos meados do século XIX. O catálogo também apresenta remissivas.

O *Catálogo dos Livros da Livraria de Diogo Barbosa Machado* (1770-1773), relaciona 4.301 obras em 5.764 volumes da Coleção Diogo Barbosa Machado⁴, considerada uma das mais importantes coleções formadoras da Real Bibliotheca. Com relação à representação temática, a coleção está ordenada em 34 classes. Essa classificação não corresponde a nenhum dos sistemas utilizados à época e foi elaborada especialmente para a coleção pelo próprio Diogo Barbosa Machado, conforme atestado no título. Quanto à representação descritiva, o acesso realiza-se a partir de uma lista de autores e títulos, seguindo uma ordem alfabética única, incorporada às 34 classes acima mencionadas. Os nomes dos autores está em ordem direta, ora pelo prenome, ora pelo sobrenome.

O *Catálogo de Livros da Biblioteca do Conde da Barca*, constitui-se de um volume com 220 páginas e relaciona um total de 2.418 obras. Quanto à

³ Prefeito das Reais Bibliotecas, a Real e a do Infantado (SCHWARCZ, 2002, p. 178).

⁴ Diogo Barbosa Machado (1682-1772), Presbítero secular, abade de Sever, no conselho de Santa Marta de Penaguião, bispado do Porto, escritor e distinto bibliófilo. DICIONÁRIO Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico.

representação descritiva, as entradas dos itens são feitas por títulos seguidos do nome dos autores, da data de publicação da obra, do número de volumes e folhas. Cada item está numerado sequencialmente à esquerda da página e, ao final da descrição de cada item, do lado direito da página, consta o preço. Alguns itens apresentam a localização física nos armários e estantes. Em relação à representação temática, esse catálogo adota um sistema de classificação semelhante ao Sistema Brunet⁵. De acordo com Brown (1898), o sistema divide-se em cinco classes principais: Teologia, Jurisprudência, Ciências e Artes, Literatura e História, que por sua vez são divididas em subconjuntos que também se subdividem.

Em 1883, a BN publica seu instrumento para organização temática de seu acervo, trata-se do *Plano do Cathalogo Systemático da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, baseado no sistema de Brunet, e adaptado às necessidades da biblioteca brasileira. A principal adaptação refere-se ao número de grandes classes, que de cinco passaram a treze, tendo sido incluídas as seguintes: Filosofia, Ciências Sociais, Geografia, Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Naturais, Ciências Médicas e Ciências Ocultas. Às treze classes estão subordinados títulos, aos quais estão subordinadas seções.

No que tange aos catálogos impressos publicados pela Biblioteca Nacional, selecionou-se, para este estudo, o *Catálogo de manuscritos da Biblioteca Nacional* e o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*.

A escolha do *Catálogo de manuscritos da Biblioteca Nacional* fundamentou-se em sua importância, como a primeira iniciativa de organização sistemática e padronizada da integralidade de uma tipologia documental, o manuscrito. O núcleo dessa coleção compunha-se dos mais de mil códices de uso privado do rei, poupados das mãos de padre Dâmaso, que, inconformado com a independência do Brasil, retornou a Portugal em 1822, levando cerca de cinco mil dos seis mil códices da Real Biblioteca. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1877-1878).

Tendo por base os preceitos expostos por L. A. Constantin⁶, em seu tratado de Biblioteconomia, Alfredo do Valle Cabral começou em 1873 a elaborar o catálogo, publicado nos Anais da BN, a partir do número quatro.

⁵ Sistema organizado por Jacques Charles Brunet no século XIX, também conhecido como sistema francês.

⁶ Bibliotecário e erudito francês, Léopold-Auguste-Constantin, publicou em 1839 a obra *Bibliothéconomie: instructions sur l'arrangement, la conservation e*

O sistema adotado para a representação temática encontra-se detalhado na “Tábua de Classificação”, dividida em quinze classes. Inicialmente foram catalogados os manuscritos referentes ao Brasil. A obra estava prevista para ser publicada em 16 grandes volumes. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1877-1878). A representação descritiva dos manuscritos obedece a uma numeração sequencial, dentro de cada classe. As entradas eram feitas pelo título completo, com todas as singularidades de ortografia, abreviaturas e sinais característicos, sem omitir nenhum dos dados bibliográficos e paleográficos. Incluía-se, ainda, informações sobre o autor e o assunto, em notas explicativas e críticas.

O *Catálogo da Exposição de História do Brasil* (CEHB) tem relevância para este estudo por ter sido o primeiro catálogo coletivo elaborado pela Biblioteca Nacional. Inserido na temática da história brasileira, pretendeu reunir

[...] a grande massa de documentos de todo gênero esparsos em várias repartições públicas e [...] trazer à luz papéis ignorados e quase perdidos, levantar o inventário de toda essa riqueza e oferecê-la aos estudiosos, como instrumento de trabalho para o futuro. (BRASIL, 1882).

Esse catálogo e seu suplemento totalizam 1.758 páginas, reunidas em três volumes, dois deles impressos em 1881 e o suplemento em 1883, com o registro de 20.337 itens, entre obras avulsas, dossiês, coleções e outros conjuntos documentais.

A representação temática, o CEHB utilizou classificação própria, baseada em duas seções, a Literária e a Artística. A primeira foi subdividida em dois grupos, temas “preliminares” e “história do Brasil”; a segunda é composta por um único grupo, e ambas possuem diversas classes. A representação descritiva de cada item foi elaborada de forma exaustiva, seguindo uma ordenação cronológica dos documentos, dentro da chave de classificação temática. A entrada foi feita pelo título, seguida dos dados de autoria, local, impressor ou publicador e data de publicação. Como esse catálogo compunha-se de obras pertencentes a diversas instituições, o código da instituição também foi acrescentado. Para cada documento foi elaborada uma análise detalhada.

Os catálogos impressos, além de sua função na representação e recuperação da informação, também exerciam importante papel ao possibilitar a disseminação

l'administration des bibliothèques, onde foi usado pela primeira vez o termo Biblioteconomia (ORTEGA, 2004).

externa dessa informação. No entanto, para uso interno e externo, tanto os catálogos manuscritos quanto os impressos estavam fadados a limitações quanto à sua atualização.

Segundo Hopkins (1992), o primeiro código nacional de catalogação e o início do uso de catálogos em fichas tiveram lugar na França após a revolução de 1789. A autora considera provável que o primeiro catálogo de fichas a ter visibilidade foi o inventário feito por Gibbon no verso de cartas de baralho. Em meados do século XIX, as fichas catalográficas eram amplamente utilizadas para a confecção de inventários e catálogos.

Não foi obtida a data precisa do início da utilização dos catálogos em fichas na Biblioteca Nacional. No entanto, o relatório de 1898 (BIBLIOTECA NACIONAL, 1899) menciona que “a encadernação mecânica dos cartões do catálogo alfabético”, vinha sendo realizada há 23 anos. Portanto, desde 1876, a então Biblioteca Imperial e Pública da Corte possuía catálogo em cartões.

A década de 1870 corresponde ao início da primeira grande reforma da biblioteca proposta por Ramiz Galvão⁷. Ao assumir a direção, Galvão viajou por treze meses pela Europa, a fim de estudar a organização das bibliotecas europeias, tarefa que cumpriu entre 1873 e 1874. Oddone (2010) acrescenta que, nessa ocasião,

[...] a técnica biblioteconômica mais avançada já incluía algumas características bastante progressistas – desenvolvidas principalmente pelo americano Charles Ammi Cutter, na década de 1860 – mas até então nunca postas em prática de forma consistente.

Entre essas práticas, constavam regras para a descrição dos documentos, entradas por assunto para todos os itens e um único índice alfabético para todas as entradas e catálogos organizados em fichas, não mais em volumes impressos.

Considerando-se que no ano de 1876 iniciou-se a adoção dos catálogos em fichas, como instrumento para a representação da informação, na Biblioteca Nacional, constatou-se que essa prática perdurou por mais de cento e vinte anos. Inicialmente manuscritas, as fichas passaram a datilografadas, em seguida impressas e, por último, eletrônicas. Quanto à sua tipologia, os catálogos em fichas inicialmente representavam os autores principais e os assuntos em módulos separados. Em seguida, passaram a ser enriquecidos com outros pontos de acesso

⁷ Benjamin Franklin Ramiz Galvão dirigiu a BN no período de 1870 a 1889.

como título e coleção, todos incluídos em um mesmo módulo, o chamado catálogo dicionário. Com o objetivo de otimizar a padronização das entradas de autores e de assuntos, foram criados, internamente, para uso dos bibliotecários, os catálogos de autoridades de nomes, de assuntos e de editores.

As primeiras fichas manuscritas eram denominadas “cartões alfabéticos” e estavam acompanhadas das respectivas “referências e remissões” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1899), todas ordenadas em um “catálogo móvel”, disponível para os usuários na chamada sala de consulta pública. A partir das atividades de catalogação e classificação, termos utilizados indistintamente nos relatórios da época, elaboravam-se os cartões de autor ou título e os cartões de assunto. Também eram confeccionados os chamados “bilhetes”, para o catálogo metódico ou sistemático, que mais tarde passou a ser denominado de catálogo de assuntos. Esses bilhetes passaram a ser duplicados a partir de 1895, sendo uma cópia arquivada no catálogo sistemático e a outra utilizada para a elaboração do *Boletim das Aquisições mais Importantes feitas pela Bibliotheca Nacional*, cuja publicação foi iniciada em 1886, **sendo o** precursor da *Bibliografia Brasileira*. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1896).

A seção de Iconografia da BN guarda vários desses cartões manuscritos, com as dimensões de 21,5 cm por 21,5 cm, e que são os precursores das fichas padronizadas de 12,5 cm por 7,5 cm. Esses “cartões”, assim como os “bilhetes” são os únicos remanescentes desta fase da representação da informação na Biblioteca Nacional, e constituem-se em importantes evidências para a historiografia da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no Brasil.

Sob a direção geral de Manoel Cícero Peregrino da Silva⁸, ocorreu a segunda grande reforma na Biblioteca Nacional. Em 1910 a BN foi instalada em um prédio novo, construído de acordo com os padrões da época, adequados à instalação de uma biblioteca do seu porte e importância. Instalação e mobiliários novos incluíam catálogos com gavetas, especialmente adquiridos para receber as primeiras fichas impressas e padronizadas já utilizadas pelas bibliotecas da Europa e dos Estados Unidos, a exemplo do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB)⁹. Em 1911 foi criado

⁸ Manoel Cícero Peregrino da Silva dirigiu a BN no período de 1900 a 1924.

⁹ O Instituto Internacional de Bibliografia foi criado em Bruxelas no ano de 1895 por Paul Otlet e Henri La Fontaine com o objetivo de ser um centro mundial de documentação bibliográfica.

o Serviço de Bibliografia e Documentação, com o objetivo de organizar em fichas, e utilizando-se a Classificação Decimal Universal (CDU), o repertório bibliográfico brasileiro. Foram adquiridas do IIB, 700.000 mil fichas ao preço de 17.500 francos. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1910).

A terceira grande reforma na instituição iniciou-se na gestão de Rubens Borba de Moraes¹⁰, que ao assumir a direção, preparou um relatório¹¹ minucioso expondo a má conservação do acervo, a precariedade dos serviços, o péssimo estado de conservação do prédio e o despreparo dos funcionários. Como plano de ação, elencou cinco pontos fundamentais: a reorganização técnica de todos os serviços, o início de uma re-catalogação de todo o acervo, baseada em normas e princípios universalmente adotados, a criação de serviço especial para livros raros, a limpeza e desinfecção dos livros e a reforma do prédio, além de instalações novas para o público (MORAES, 1974, p. 205-213).

A etapa da reforma concernente ao processamento técnico do acervo foi realizada mediante consultoria de técnicos americanos. Seguindo as orientações recebidas, a BN adotou o sistema de *Classificação Decimal de Dewey* (CDD) para a representação temática, e o código de catalogação *American Library Association* (ALA) para a representação descritiva. Foram criados catálogos de autoridades de nomes e de assuntos, o primeiro em conformidade com o código de catalogação da ALA e o segundo estruturado de acordo com a Lista de Cabeçalhos de Assuntos da *Library of Congress* (LC). Grande parte da coleção foi re-catalogada e iniciou-se o registro patrimonial do acervo. O modelo existente de catálogo dicionário, com entradas pelos autores principais, secundários, títulos, assuntos e coleção, serviu de base para a organização.

A reforma de Borba de Moraes marcou definitivamente a influência do modelo estadunidense na representação da informação na Biblioteca Nacional, assim como a cooperação internacional, concretizada através de acordo com a *Library of Congress*.

Na década de 1940, a cooperação nacional, no que se refere ao processo de catalogação, foi impulsionada pelo desenvolvimento das técnicas biblioteconômicas

¹⁰ Rubens Borba de Moraes foi nomeado diretor-geral, em 1945, exerceu o cargo até 1946.

¹¹ Publicado na *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 2, n.1, p. 91-106, jan./jun. 1974.

no Brasil. Em 1942, o Sistema de Intercâmbio de Catalogação (SIC) foi criado no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), com a finalidade de se constituir um sistema nacional de catalogação cooperativa. Na década seguinte, esse serviço foi incorporado ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), consolidando sua operacionalização. A partir dessa iniciativa, houve a divulgação e normalização da ficha catalográfica padrão (7,5cm X 12,5cm), adotada nos Estados Unidos desde o início do século XX, e que passou a ser utilizada para os catálogos bibliográficos brasileiros, bem como a normalização da representação descritiva da informação.

O uso de catálogos como instrumento de organização e recuperação da informação ocorreu em paralelo com outros recursos de registro e divulgação do acervo da BN, como as bibliografias. A publicação da Bibliografia Brasileira é regida pelo Decreto n. 1825, de de 1907, que, ao mesmo tempo em que determina o envio de todas as publicações do país à Biblioteca Nacional, a obriga a divulgar o recebimento desse material na bibliografia. Inúmeras tentativas para sua elaboração foram realizadas; segundo Barros (1955), a mais antiga remonta a 1886, com a publicação do *Boletim das Aquisições mais Importantes feitas pela Bibliotheca Nacional*.

Esse Boletim, organizado por João de Saldanha da Gama, segundo as três seções em que estava dividida a Biblioteca Nacional: Impressos e Cartas geográficas, Manuscritos e Estampas e Numismática. A Seção de Impressos e Cartas geográficas obedecia ao Plano do Cathalogo Systematico da Bibliotheca Nacional (1883), adaptado do sistema Brunet, citado anteriormente. Dessa bibliografia, considerada como primeira fase do *Boletim Bibliográfico*, foram publicados quatro números por ano, de 1886 a 1888. Os itens eram numerados sequencialmente, as entradas feitas pelo prenome do autor ou pelo título, sem preocupação com norma descritiva ou ordenação alfabética. O nome do autor era grafado em maiúsculas, e as notas tipográficas em negrito.

De 1918 a 1921, inicia-se a publicação do *Boletim Bibliographico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, marcando o início oficial da bibliografia nacional no Brasil. A representação temática seguia a CDU e, dentro de cada classe, as entradas eram feitas pelo sobrenome do autor. O boletim era impresso

apenas nas páginas ímpares, com o objetivo de que as referências bibliográficas pudessem ser recortadas e coladas em fichas padronizadas.

A interrupção da bibliografia brasileira corrente durou dez anos, sendo restabelecida em 1931, como parte do *Boletim do Ministério da Educação e Saúde Pública*, que nos seus números 1/2 (janeiro/junho) e 3/4 (julho/dezembro) de 1931 (Ano I), divulgou um "Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional" correspondente àquele ano.

Em 1939, publica-se o *Boletim Bibliográfico* do 1º e 2º semestres de 1938. O arranjo sistemático foi descontinuado, as referências bibliográficas foram apresentadas, pela primeira vez, em ordem alfabética dentro dos grandes assuntos e os nomes dos autores descritos na forma invertida (sobrenome, nome).

Em 1945, o diretor-geral Rubens Borba de Moraes restabeleceu a publicação do *Boletim Bibliográfico*, interrompida em 1939. As referências bibliográficas retomam a apresentação em arranjo sistemático, seguindo a CDD. Foram adotadas as regras de catalogação de acordo com o código da ALA, incluindo-se índices onomásticos e listas de editoras e tipografias. Foram preparados seis volumes, correspondentes aos anos de 1945 a 1950, dos quais publicou-se apenas o primeiro em 1947, correspondente ao ano de 1945.

Após inúmeras interrupções a publicação foi retomada em 1973 e continuada até 1982, quando foi novamente suspensa. Em 1984, foi restabelecida com o nome de *Bibliografia Brasileira*, publicada trimestralmente e processada de forma eletrônica. Ordenada por assuntos de acordo com a 19ª edição da CDD, com os registros em forma de fichas catalográficas, as entradas e a descrição bibliográfica de acordo com as Anglo-American Cataloguing Rules 2 (AACR2) e os cabeçalhos de assunto obedecendo ao vocabulário controlado da BN. Índices de autores, títulos e assuntos remetiam ao número de ordem do item catalogado. O último número publicado em papel correspondeu ao ano de 1994 (MATTA, 1983). Em 1995 e 1996, foi publicada em CD-ROM e, a partir de 1998, *on line*.

A morosidade nos processos para a representação descritiva e temática dos documentos constituiu-se, ao longo dos anos, em um dos mais graves problemas enfrentados pela Instituição. As diversas reorganizações e reformas propostas não foram suficientes para atingir o objetivo de tratar sistematicamente e disponibilizar ao público a totalidade da coleção. Segundo Monte-Mór, cerca de 500 mil volumes em

depósito desde os primórdios da Instituição, não haviam recebido, até os anos setenta, qualquer processamento técnico e, ainda aguardavam sua incorporação oficial ao acervo (MONTE-MÓR, 1971).

No final dos anos 60, o principal instrumento para a recuperação da informação na BN era o catálogo dicionário, parcialmente padronizado e mesmo incompleto, cumpria sua finalidade de levar a informação ao público, que àquela época já atingia o total de 57.678 consulentes ao ano. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1971).

3 A ERA DA AUTOMAÇÃO

Favorecida pela ênfase atribuída ao programa de Reforma Administrativa proporcionada pelo Governo Federal (BRASIL, 1967), a década de setenta marcou o início dos estudos para a implantação dos processos de automação na Biblioteca Nacional. A racionalização do trabalho, visando à simplificação de rotinas, teve por meta, desde os primeiros estudos, operacionalizar o fluxo do documento na instituição. O resultado foi a atualização do processamento técnico dos documentos incorporados ao acervo e a regularização da Bibliografia Brasileira, que, em 1974, passou a contar com recursos financeiros do Instituto Nacional do Livro. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1974).

Como exposto por Monte-Mór, no relatório de atividades de 1972, o projeto de automação da publicação da Bibliografia Brasileira levou a BN a iniciar, juntamente com o IBBD, então responsável pelo Sistema de Intercâmbio de Catalogação (SIC), uma experiência-piloto de aplicação do Projeto de Catalogação Legível por Computador, o Projeto CALCO¹², baseado no padrão para intercâmbio de registros bibliográficos MARC, desenvolvido pela *Library of Congress*. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1972).

A partir de 1972, com o objetivo de adotar o formato CALCO a BN, formalizou convênio com o MEC/CNPq e, com a colaboração do Centro de Informática do MEC (CIMEC), ampliaram-se os estudos para por em prática o novo formato. Em 1977, a BN lançou o primeiro manual para o preenchimento de folhas de entrada de registros CALCO. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) continuou esse trabalho ao

¹² O Projeto Calco – Catalogação Legível por Computador foi desenvolvido por Alice Príncipe Barbosa, com o objetivo de criar uma central de catalogação automatizada, no SIC/DASP.

desenvolver os programas de computador necessários para torná-los operacionais. Em 1979, foi criado pela FGV o sistema cooperativo denominado Bibliodata/CALCO, implantado em 1980, inicialmente para uso interno. Desde a sua concepção, o sistema esteve voltado para servir de infraestrutura à formação de uma rede nacional de catalogação cooperativa. Esta expectativa foi confirmada na prática, pois os anos subsequentes assistiram à adesão gradual e crescente à rede Bibliodata de uma parcela expressiva de instituições brasileiras.

Oficialmente, a Biblioteca Nacional aderiu ao Sistema Bibliodata/CALCO em abril de 1982, de acordo com o contrato de prestação de serviço¹³, que incluía também o *software* para o processamento dos dados. A entrada dos dados era realizada na BN, mediante preenchimento de formulário, os dados eram enviados à FGV, processados e, em seguida, retornavam à instituição.

Diferente do que ocorre hoje, quando a automação bibliográfica tem como objetivo primordial a recuperação automatizada *on line* de grandes quantidades de informação, nos anos setenta, os objetivos estavam voltados, principalmente, racionalizar a geração de produtos, tais como fichas catalográficas, etiquetas de lombada e bibliografias, entre outros. A popularização dos microcomputadores concretizou-se no Brasil somente a partir da década de 1990, tornando-se, então, factível o uso da automação para a recuperação da informação, local e remota.

A implantação do formato CALCO na Biblioteca Nacional, como dito por Zaher, em relatório de 1982, trouxe, “[...] a consciência da necessidade de um padrão único nacional, de uma política de catalogação cooperativa e da compatibilização de formatos” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1983). Por isso, em novembro de 1982, foi instituído o projeto Cabeçalho de Assunto Unificado (CAU), com o objetivo de sistematizar os cabeçalhos de assunto a serem utilizados na BN e na Rede Bibliodata. O projeto, coordenado por Hagar Espanha Gomes, traduziu e adaptou as subdivisões dos cabeçalhos de assunto da LC, divulgando-as entre as instituições brasileiras. O projeto CAU constitui-se em importante iniciativa para a criação de um vocabulário controlado, para a padronização da representação temática em nível nacional. Com relação à padronização da representação descritiva, a grande mudança ocorreu a partir do uso do código de catalogação

¹³ Processo BN 511/82 assinado em 30-04-82 (BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Relatório de 1982. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. v.103, 1983. p. 241).

AACR2¹⁴, publicado em 1978 e adotado na Biblioteca Nacional a partir dos anos oitenta.

De acordo com Vasconcellos (1996), o Plano Diretor de Informática da FGV para o triênio 1994-96 determinava uma mudança de *software* para a Rede Bibliodata, o que levou a FGV a optar pela contratação do sistema da *Virginia Tech Library Systems Incorporation* (VTLS). A migração dos dados para essa nova plataforma acarretou a interrupção dos serviços, afetando os participantes da Rede, como a Biblioteca Nacional. Essas mudanças estruturais da FGV levaram a BN a buscar outras soluções que lhe trouxessem autonomia e autossuficiência no campo do processamento eletrônico da informação, fato que motivou a instituição, ao final de 1994, a decidir-se pela aquisição do OrtoDocs, *software* de catalogação *on line* compatível com o formato MARC. Em 1995 foi processada a migração para o OrtoDocs (BIBLIOTECA NACIONAL, 1995).

O sistema trazia a novidade de integrar *on line* o fluxo de processamento técnico da Biblioteca Nacional, desde as atividades de aquisição, registro patrimonial, catalogação e classificação, até as atividades relativas ao controle de autoridades, de nomes e de assuntos. Para melhor assimilação dessas novas funcionalidades, sem perda da uniformidade e padronização final dos registros bibliográficos, foram elaborados, para uso interno, dois manuais: o Manual para entrada de dados em formato MARC e o Manual para entrada de registros de autoridades em formato MARC

O catálogo em fichas de autoridades de nomes pessoais, entidades e eventos havia sido implementado como instrumento interno para a padronização dos pontos de acesso de autoria, na década de sessenta. Já o controle da terminologia dos assuntos, efetivou-se somente após a adesão da BN à Rede Bibliodata, em 1982. Em 1990, criou-se uma base de dados de cabeçalhos de assunto, na plataforma ISIS, que, em 1996, foi convertida para o formato MARC e migrada para a plataforma do OrtoDocs, assim como as fichas do catálogo de autoridades.

No final de 1998, a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) lançou a primeira versão do seu portal na *Web*, disponibilizando *on line* a base de dados de livros, assim como as bases de autoridades de nomes e de assuntos.

¹⁴ ANGLO-AMERICAN Cataloguing Rules, 2. ed. Chicago (Estados Unidos) : ALA, 1978.

Com o objetivo de compartilhar registros bibliográficos *on line*, fomentar a catalogação cooperativa e apoiar projetos de automação bibliográfica, foi lançado em 1999, o Consórcio Eletrônico de Bibliotecas. Essa iniciativa, segundo Zaher e Bettencourt (2005), visava prestar serviços gratuitos de catalogação às bibliotecas públicas e universitárias conveniadas, disseminando padrões internacionais, e uniformizando, em nível nacional, as entradas de nomes e de assuntos utilizadas na representação da informação. Os consorciados podem baixar os registros da BN e incorporá-los às bases de dados locais. O Consórcio reuniu cerca de 120 bibliotecas, das quais 60 pertencentes ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). (BIBLIOTECA NACIONAL, 2010).

A era da automação sedimenta, na BN, a utilização de padrões internacionais, em seus processos técnicos, tornando os catálogos *on line* da FBN, importantes veículos para sua disseminação em nível nacional. A representação descritiva dos registros bibliográficos segue as AACR2, também utilizadas para a elaboração das entradas do catálogo de autoridades de nomes da BN. Para a representação temática, utiliza-se a Classificação Decimal de Dewey e o catálogo de Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional. Este catálogo está estruturado na forma de tesouros, conforme a *Library of Congress Subject Headings*¹⁵(LCSH), lista multidisciplinar de assuntos. Os cabeçalhos de assunto em inglês são acrescentados, tornando o catálogo bilíngue, característica importante para a interoperabilidade linguística.

Tendo em vista a necessidade de adequar-se às novas tecnologias para organização de seus catálogos, já com 2 milhões de registros bibliográficos, a BN elaborou um termo de referência, para licitar a compra de um novo software de catalogação. O software SOPHIA preencheu todas as exigências, e sua implantação deverá estar concluída em 2013.

4 A ERA DIGITAL

As primeiras iniciativas de digitalização na Biblioteca Nacional aconteceram em 1998, por ocasião do lançamento da primeira versão do seu portal na Web.

¹⁵ Mantida pela LC desde 1898, atualmente a 32. edição, contém mais de 317.000 cabeçalhos de assunto e referências (<http://id.loc.gov/authorities/>).

Apesar dos resultados positivos obtidos no teste, a falta de equipamentos necessários à digitalização sistemática da coleção impediu a ampliação do projeto. Assim, a entrada da Biblioteca Nacional na era digital ocorreu somente na virada do milênio, a partir da digitalização por demanda, ou seja, no contexto de exposições e de projetos temáticos, em parceria com instituições nacionais e internacionais. De acordo com Zaher e Bettencourt (2005, p.106), esses projetos visavam unicamente ao acesso “[...] sem preocupação alguma com a preservação digital ou o estabelecimento de padrões de captura e de tratamento técnico da informação digital”.

Oficialmente lançada em 2006, a BNDigital¹⁶ está compreendendo três segmentos: captura e armazenagem de acervos digitais, tratamento técnico e publicação de acervos digitais e programas e projetos de digitalização e divulgação. Conta com uma equipe interdisciplinar, composta por bibliotecários, historiadores, arquivistas e digitalizadores.

Para a organização e representação da informação digital adota o esquema de metadados Dublin Core, acrescido de metadados de preservação e administração para uso interno no sistema de gestão. Em linhas gerais, esse esquema reúne três tipos de metadados: os de identificação, os administrativos e de preservação e os estruturais.

Adota desde 2011 o sistema de gestão SOPHIA, projetado de forma a suportar as especificidades necessárias à representação, gestão e preservação da informação digital e, ao mesmo tempo, manter, mediante o uso do formato MARC, a integração entre os catálogos *on line* e o sistema da biblioteca digital. O sistema também proporciona a integração com repositórios DSPace sendo compatível com o protocolo da Iniciativa dos Arquivos Abertos– Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting – OAI-PMH – mecanismo para transferência de dados entre repositórios digitais.

Em 2010 a BNDigital lançou a Hemeroteca Digital Brasileira¹⁷, projeto para digitalizar a coleção de periódicos da BN. Foram adotados dois processos de indexação e conseqüentemente duas formas de recuperação da informação. O primeiro processo é o já convencionalmente adotado pela BNDigital onde são

¹⁶ A BNDigital pode ser acessada em <http://bndigital.bn.br>.

¹⁷ A hemeroteca pode ser acessada em <http://hemerotecadigital.bn.br>

indexadas as informações de: títulos, assuntos, datas e coleção. O segundo processo de indexação é novo na BNDigital e contempla o conteúdo do documento. Para a indexação das palavras do conteúdo dos documentos foi utilizado o “Inteligenciamento DocPro”, processo que engloba a pesquisa por aproximação visual, característica principal da tecnologia DocPro¹⁸, onde não são guardadas as palavras exatas e sim a aproximação visual de cada uma. Assim, as falhas que normalmente acontecem em um OCR comum são muito minimizadas, o que se traduz numa taxa de acerto em pesquisa muito superior. O portal da hemeroteca já reúne mais de dois mil títulos o equivalente a 10 milhões de páginas e consagra a BNDigital como a maior biblioteca digital do país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma forma abrangente, o estudo da organização da informação na Biblioteca Nacional, ao longo dos seus duzentos anos, permitiu traçar um paralelo com a história da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação. Isso porque verificou-se, que os grandes momentos que marcaram a trajetória dessas disciplinas, encontraram-se presentes nas três fases da organização da informação na BN percorridas neste estudo.

Desse modo, o percurso da organização da informação na Biblioteca Nacional sintetiza as distintas formas de se perceber e tratar a informação, apresentando diferentes modelos que apontam para as diversas influências que marcaram sua evolução nos últimos dois séculos. Nascida em Portugal, a BN manteve no Brasil até meados do século XX o modelo europeu de organização da informação. Ao ser inaugurada, a coleção estava fisicamente disposta segundo os princípios de classificação do francês Garnier, e o primeiro catálogo impresso baseava-se na sistemática do também francês L. A. Constantin. A influência do modelo europeu foi também observada no *Plano de Catálogo Sistemático*, publicado em 1883, e utilizado para a classificação sistemática da coleção na BN.

No início do século vinte, a BN abriu as portas para o grande projeto de cooperação internacional, iniciado por Paul Otlet e La Fontaine, ao se ligar ao IIB e adotar o mesmo padrão de classificação, a CDU. A cooperação internacional e a

¹⁸ Empresa brasileira contratada pela BN para digitalização de periódicos.

consequente padronização no tratamento da informação foram intensificadas a partir de 1945, com a reorganização do seu acervo, o que marcou o início da influência do modelo estadunidense na organização da informação na Biblioteca Nacional.

Os anos oitenta trouxeram a automação dos catálogos bibliográficos, publicados *on line* na década seguinte. A padronização da representação da informação na BN estava sedimentada, e o Consórcio Eletrônico de Bibliotecas se confirmou como o instrumento para sua propagação em nível nacional.

A virada do milênio marcou a entrada da BN na era digital, novos padrões e protocolos foram assimilados, buscando a universalização dos modelos de representação da informação, com o intuito de promover o acesso livre e aberto e a interoperabilidade entre sistemas nacionais e internacionais.

A pesquisa não pretendeu esgotar o tema, mas, sim, suscitar novos estudos, enfatizando o quanto é rico e a cada dia mais relevante o estudo da Representação da Informação, importância esta, que cresce, na razão direta em que novas tecnologias surgem e a produção documental aumenta. Do trabalho realizado fica o alerta de que um tratamento efetivo da informação é imprescindível frente a um novo caos documentário, agora em *bits* e *bytes*, e a certeza de que nesse contexto as bibliotecas nacionais, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação têm um fascinante caminho a percorrer.

REFERÊNCIAS

BARROS, M. A. M. B. Apanhado Histórico do Boletim Bibliográfico da BN. In: *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional*. v. 5, n.1-3, jan./jun., 1955.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Projeto CAU*. 1983a.

_____. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. v. 32, 1910.

_____. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. v. 4, 1877-1878.

_____. Relatório das atividades da BN de 1895. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. v 18, 1896. p 465.

_____. Relatório de 1982. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. v.103, 1983b.

_____. Relatório de 1898. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. v 21, 1899.

_____. *Relatório de atividades*. 1971.

_____. *Relatório de atividades*. 1972.

_____. *Relatório de atividades*. 1974.

_____. *Relatório de atividades*. 1995.

_____. *Relatório de atividades*. 2010.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 200 de 25 de fevereiro de 1967*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1967.

_____. Leis, etc. *Collecção das leis do Brazil de 1810*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891.

_____. MINISTÉRIO DO IMPÉRIO. *Relatório do anno de 1882*: apresentado a Assembleia Legislativa na 1ª sessão da 18ª legislatura. Rio de Janeiro, 1882.

BROWN, J. D. *Manual of Library Classification and shelf arrangement*. London: Library Supply Company, 1898.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. de O. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

DICIONÁRIO Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/>>. Acesso em: 28 fev. 2011.

HOPKINS, J. The 1791 French Cataloging Code and the Origins of the Card Catalog. *Libraries and Culture*, v. 27, n. 4, p. 378-404, 1992.

MATTA, M.C. *Introdução da Bibliografia Brasileira* In: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Boletim bibliográfico. v. 1 n.1/2, 1983.

MEY, E. S. A.; SIQUEIRA, N. C. *Catálogo no plural*. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009. 217 p.

MONTE-MÓR, J. A Biblioteca Nacional em 1971. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n.91, 1971. p. 359-371.

MORAES, R. B. de. Relatório do Diretor da Biblioteca Nacional ao Ministro da Educação e Saúde, relativo ao exercício de 1946. *R. Bibliotecon. Brasília*, v. 2, n. 2, p. 203-231, jul./dez. 1974.

ODDONE, N. A. documentação no Brasil e seu impacto durante o Estado Novo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11, 2010. Rio de Janeiro. Anais.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <http://dgz.org.br/out04/Art_03.htm>. Acesso em: 20 ago. 2013.

SCHWARCZ, L. M. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa a independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SOUZA, R. F. de. A Classificação como Interface da Internet. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, v. 2, n. 2, abr. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr00/Art_01.htm>. Acesso em: 20 ago. 2013.

VASCONCELLOS, P. A. G. de. Bibliodata/CALCO: informação bibliográfica para o desenvolvimento. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 3, p. 1-6, 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/472/431>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

ZAHER, C. R. Relatório da Diretora-Geral da Biblioteca Nacional 1983. In: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 103, p. 305-334. Rio de Janeiro, 1984.

ZAHER, C. R.; BETTENCOURT, A. M. Electronic Consortium of Libraries: A Bibliographical Cooperation Scheme. In: *Alexandria: The journal of National and International Library and Information Issues*, v. 7, n. 2, p. 105-112, 2005.